



DIRIBAS

DIÁRIO OFICIAL DE RIBAS DO RIO PARDO-MS

Município de Ribas do Rio Pardo - Rua Conceição do Rio Pardo, 1.725 - Centro - CEP 79180-000

● Ouvidoria: 67 9 9606-1175

● diribas@ribasdoriopardo.ms.gov.br

● licitacao@ribasdoriopardo.ms.gov.br

Ano II - Nº 328 – Terça-Feira, 05 de Julho de 2022

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 82, DE 27 DE JUNHO DE 2022

Institui o Programa de Integridade da Administração Pública Municipal e dá outras providências.

O Prefeito de Ribas do Rio Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 - Lei das Estatais -, aplica-se a qualquer empresa pública e a sociedade de economia mista que explore atividade econômica de produção ou de comercialização de bens ou de prestação de serviços, inclusive dos Estados da Federação;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e da Controladoria-Geral da União - CGU, relativa à adoção de medidas para a sistematização de práticas de governança nos órgãos e nas entidades do Poder Executivo Federal como parâmetro norteador da Política de Integridade Municipal;

CONSIDERANDO as recomendações da Controladoria-Geral da União - CGU no sentido da promoção da cultura de integridade no serviço público para o aumento da confiança da sociedade no Município e em suas instituições, extensivas aos órgãos e às entidades de todas as esferas de Governo;

CONSIDERANDO que a locução *compliance* significa estar em conformidade com as normas jurídicas e princípios éticos, além de antecipar potenciais riscos de violações normativas e identificar processos vulneráveis a irregularidades causadoras de danos ao patrimônio público, por meio de metodologia específica, no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO a importância de se estabelecer diretrizes e mecanismos de combate à corrupção, de transparência e de controle interno no âmbito da Administração Municipal;

CONSIDERANDO que a aplicação de tais métodos resultará na institucionalização da cultura ética e da probidade, fortalecendo a credibilidade e a segurança no cumprimento da legislação, bem como ampliando a transparência das ações e do sistema de controle interno, aprimorando o combate à corrupção e estabelecendo uma gestão eficiente e confiável dos recursos públicos;

CONSIDERANDO que a adoção de ações de integridade, materializados em forma de programa estabelecem políticas e orientam de forma sistematizada os procedimentos e as práticas visando fortalecer a cultura da integridade e da ética na administração pública municipal;

CONSIDERANDO que as atribuições privativas do Chefe do Executivo Municipal descritas no Art. 69, VII e XXIV da LOM.

CONSIDERANDO a recomendação apresentada no Relatório e Voto REV - G.RC - 1474/2019 do Tribunal de Contas do Estado do Mato do Sul – TCE-MS, para que as administrações públicas adotem o Programa de Integridade, implantem boas práticas no combate à fraude e corrupção, sistema de gerenciamento de riscos e canais de ouvidoria especialmente ao servidor.

CONSIDERANDO o Termo de Adesão ao PIM - Programa de Integridade Municipal, oficializado à CGE – Controladoria-Geral do Estado de MS e à ASSOMASUL – Associação dos Municípios do Mato Grosso do Sul, no dia 17 de março de 2022.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Integridade no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal de Ribas do Rio Pardo - MS.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º Para os efeitos do disposto neste Decreto, considera-se:

I - Programa de Integridade: conjunto de medidas e de ações institucionais voltadas à prevenção, detecção, punição e à remediação de fraudes e de atos de corrupção, compondo a estrutura de incentivos organizacionais, visando a orientar e a guiar o comportamento dos agentes públicos de forma a alinhá-los ao interesse público;

II - Governança no Setor Público: mecanismos de liderança, estratégia e de controles destinados a avaliar, direcionar e a monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas de interesse da sociedade;

III - Gerenciamento de Riscos: procedimento realizado pelas Unidades Gestoras para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, para fornecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos das organizações públicas;

IV - Controles Internos da Gestão: de responsabilidade intrínseca das Unidades Gestoras, constitui-se na aplicação de conjunto de regras, diretrizes, procedimentos, ferramentas, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências, trâmites de documentos e informações, destinando-se a enfrentar os riscos e a fornecer segurança na consecução da missão do órgão público.

V – Risco para a Integridade: vulnerabilidade que pode favorecer ou facilitar a ocorrência de violações normativas e éticas;

VI – Plano de Integridade: será elaborado com orientações da Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso do Sul e aprovado pela alta administração, que organiza as medidas de integridade a serem adotadas em determinado período de tempo, devendo ser revisado periodicamente.

Parágrafo Único. O Programa de Integridade será implantado inicialmente como projeto Piloto em duas unidades gestoras, mediante compromisso via termo de adesão.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Administração e Governo e a Controladoria Geral do Município - CGM -, conjuntamente, deverão adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à integridade do setor público, mediante a criação e a implantação do Programa de Integridade Municipal – PIM -.

Parágrafo único. Competirá à Procuradoria Geral do Município – PGM -, mediante solicitação formal, prestar a consultoria e o assessoramento jurídico aos órgãos e às entidades envolvidos no desenvolvimento das ações referidas no caput deste artigo.

CAPÍTULO II DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE MUNICIPAL Seção I Dos Objetivos

Art. 4º O Programa de Integridade da Administração Pública Municipal tem por objetivo:

I – adotar princípios éticos e normas de conduta e certificar seu cumprimento;

- II – estabelecer um conjunto de medidas conexas visando à prevenção de possíveis desvios na entrega dos resultados esperados pelos destinatários dos serviços públicos;
- III – fomentar a consciência e a cultura de controles internos na busca contínua da conformidade de seus atos, da observância e cumprimento das normas e da transparência das políticas públicas e de seus resultados;
- IV – aperfeiçoar a estrutura de governança pública, criar e aprimorar a gestão de riscos e os controles da Administração Pública do Município de Ribas do Rio Pardo - MS;
- V – fomentar a inovação e a adoção de boas práticas de gestão pública;
- VI – estimular o comportamento íntegro e probo dos agentes públicos e políticos;
- VII – proporcionar a capacitação dos agentes públicos no exercício de cargo, função ou emprego;
- VIII – estabelecer mecanismos de comunicação, monitoramento, controle, avaliação e auditoria;
- IX – assegurar que sejam atendidos, pelas diversas áreas da administração pública municipal, os requerimentos e solicitações de órgãos reguladores e de controle.

Seção II

Das Etapas e Fases de Implantação do Programa no Município

Art. 5º O Programa de Integridade Municipal – PIM – estabelece aos responsáveis pelas atividades das Unidades Gestoras e áreas afins trabalhem, conjuntamente, de forma coordenada, a fim de garantir uma atuação íntegra, minimizando os possíveis riscos de integridade.

Art. 6º O PIM deverá ser estruturado considerando os principais eixos de suporte às ações e às medidas que irão constituir o seu conteúdo, a saber:

I - comprometimento e apoio da alta direção para o fomento de uma cultura ética, de respeito às leis e de implementação das políticas de integridade;

II – Criação da instância responsável, esta, personificada no Comitê de Gestão de Integridade do Município, órgão responsável pela gestão, ações, medidas de integridade, monitoramento e acompanhamento a serem implementados com autonomia, competência técnica, independência, imparcialidade e recursos materiais, financeiros e humanos necessários ao desempenho de suas atribuições funcionais;

III - Gerenciamento de riscos: Processos executados pelas Unidades Gestoras para a contínua identificação, análise e avaliação dos riscos aos quais os órgãos e as entidades públicas estejam vulneráveis, considerando os controles internos da gestão adequados à mitigação dos riscos e os respectivos planos de ação reparadores;

IV - Monitoramento contínuo: política de monitoramento para constante atualização e ajustes necessários.

Art. 7º O PIM será desenvolvido com base em um Plano de Integridade, composto de:

I - Organização sistêmica das medidas de riscos da organização, sendo observado pelo gestor público a análise do conjunto de medidas e riscos da atividade pública;

II - Prevenção, detecção e remediação das ocorrências de quebra de integridade preventivamente;

III - aprovação pela alta direção;

IV - Coordenação das atividades pelo Comitê de Gestão de Integridade do Município.

Art. 8º O PIM será efetivado considerando a seguinte abordagem sistêmica:

I - Adesão da Unidade Gestora ao PIM;

II - Preparação do ambiente interno para implantação com capacitação dos servidores envolvidos e infraestrutura para desenvolvimento de suas atribuições;

III - Estruturação de núcleo operacional setorial nas Unidades Gestoras, através de servidor com dedicação exclusiva para acompanhamento durante a implantação do PIM.

Art. 9º No prazo de 18 (dezoito) meses, a contar da data de publicação deste Decreto, para que todas as Unidades Gestoras aderirem ao PIM, mediante a formalização de um Termo de Adesão pactuado com a Secretaria de Administração e Governo e Controladoria Geral do Município, através do Coordenador do Programa no município.

Art. 10. Os prazos de início e de término da implantação do PIM, assim como o seu conteúdo, serão ajustados pela Administração Pública, ouvido o Comitê de Gestão de Integridade do Município, conforme a disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e humanos, de modo que os cronogramas de execução sejam factíveis e efetivos, de acordo com o nível de maturidade em que se encontrarem os controles internos e o gerenciamento de riscos, das Unidades Gestoras aderidas.

CAPÍTULO III DOS PAPÉIS, ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Art. 11. Caberá à Controladoria Geral do Município fomentar o desenvolvimento do PIM, atuando na disseminação das boas práticas de gestão, orientação técnica e capacitação dos dirigentes e dos profissionais dedicados ao Programa.

§1º O fomento das boas práticas, realizado pela Controladoria Geral do Município, não implicará e nem concorrerá com a função precípua do órgão, relativamente à fiscalização e à auditoria no âmbito da Administração Pública, nos termos de legislação que dispõe sobre a sua estrutura, a organização e as atribuições.

§ 2º O fomento do PIM será realizado pela Controladoria Geral do Município por intermédio de iniciativas voltadas ao desenvolvimento dos seus conteúdos, a saber:

I - Palestras e seminários para a disseminação dos objetivos, princípios e valores do PIM nos órgãos e entidades do Município abrangendo a Administração Pública e todos os servidores;

II - Cursos e treinamentos para a capacitação e desenvolvimento dos profissionais comprometidos com o PIM, por intermédio de programas adequados à maturidade das unidades gestoras, bem como das necessidades dos profissionais alocados no Programa;

III - Orientação e aconselhamento técnico necessários à plena implantação do programa; e

IV - Monitoramento e acompanhamento das etapas e das ações práticas em execução.

Art. 12. Caberá à Secretaria de Administração e Governo integrar o PIM ao processo de planejamento estratégico do Governo do Município de Ribas do Rio Pardo, de forma a absorver e a considerar os riscos estratégicos no modelo de gestão estratégica.

Parágrafo único. A Secretaria de Administração e Governo apoiará a implantação do PIM, por intermédio da disponibilização de informações sobre os contratos de gestão e os projetos estratégicos das Unidades Gestoras, do mapeamento de processos e da facilitação de acesso e uso de sistemas aplicados em Tecnologia da Informação pertinentes.

Art. 13. Caberá a Unidade Gestora que aderir ao PIM comprometer-se com a direção, gestão e o acompanhamento do Programa.

§ 1º Para a efetividade do PIM o ordenador de despesa deverá prover na sua estrutura organizacional e funcional os recursos profissionais e as ferramentas dedicados à gestão do Programa.

§ 2º Os profissionais dedicados à gestão da PIM, pertencentes à estrutura organizacional das Unidades Gestoras, deverão ser alocados, mediante nomeação dos ordenadores de despesa observada a escolaridade mínima do Ensino Superior e experiência com as questões internas da Unidade Gestora, além da necessária competência técnica e atributos morais e éticos.

§ 3º A estrutura adotada para a gestão do PIM será alocada na Unidade Gestora, preferencialmente, integrada à respectiva unidade setorial de controle interno, nos termos de norma específica voltada ao sistema de controle interno municipal.

CAPÍTULO IV DO COMITÊ DE GESTÃO DE INTEGRIDADE

Art. 14. Para garantir a efetividade das ações de *compliance*, bem como garantir adequada linha de acompanhamento, fica criado o Comitê de Gestão de Integridade do Município de Ribas do Rio Pardo - MS, vinculado ao Gabinete do Prefeito, que será presidido por servidor efetivo lotado na Controladoria Geral do Município nas funções de Controlador Geral do Município ou de Controlador Geral Adjunto, composto pelos seguintes membros:

I – Controlador Geral ou Controlador Geral Adjunto;

II – Secretário Municipal de Administração e Governo;

III – Procurador Geral do Município ou Procurador Adjunto do Município;

§ 1º Os membros do Comitê referido no *caput* deste artigo desenvolvem atividade de relevante interesse público e serão impedidos das atividades em caso de interesses contraditórios ao do órgão, devendo os comunicar imediatamente ao Presidente.

§ 2º O funcionamento, estrutura, procedimentos e atribuições do Comitê referido no *caput* deste artigo serão disciplinados posteriormente na forma do seu regulamento interno.

§ 3º A instalação do Comitê de Gestão de Integridade do Município de Ribas do Rio Pardo – MS e a designação dos membros e os respectivos suplentes, serão efetuadas por Portaria do Chefe do Poder Executivo, cabendo ao Coordenador do PIM, no município, adotar as providências cabíveis e garantir o atendimento do disposto no *caput* deste artigo enquanto não houver a instalação do mencionado colegiado.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. É dever das Unidades Gestoras utilizar os recursos disponíveis e empreender os esforços necessários para promover ações de fomento à cultura da integridade e do *compliance*.

§ 1º No desempenho das atividades e procedimentos relacionados ao Programa de Integridade todos os agentes públicos e políticos devem engajar-se, disseminar e demonstrar efetivo alinhamento e compromisso com os princípios e valores do Programa, em todas as suas atitudes diárias.

§ 2º Para o desenvolvimento e implantação do Programa de Integridade a instituição deverá estabelecer ambiente organizacional favorável à governança pública.

§ 3º Entende-se por ambiente organizacional favorável à governança pública aquele que apresenta efetivo apoio da alta administração, atribuições bem definidas, servidores cumpridores de seus deveres e com conduta alinhada à ética, à moral, ao respeito às leis, às pessoas e às instituições.

Art. 16. A Escola de Governo do Estado de Mato Grosso do Sul - ESCOLAGOV, disponibilizará capacitação e treinamento, com conteúdo teórico e prático, referente ao tema da gestão de integridade e *compliance* de que trata o presente Decreto, inclusive na modalidade de EAD - Ensino à Distância -.

§ 1º A participação no treinamento de que trata o caput poderá se dar por convocação.

§ 2º A Controladoria Geral do Município, através do Coordenador do PIM, no município, informará e divulgará, de maneira periódica e permanente, sem prejuízo de outros meios já estabelecidos, em linguagem de fácil compreensão, os temas abrangidos pelo Programa de Integridade, conforme estabelecido no inc. VII do art. 4º deste Decreto.

Art. 17. As despesas com a execução das ações do PIM correrão por conta das dotações orçamentárias das Unidades Gestoras.

Art. 18. Compete à Controladoria Geral do Município, através do Coordenador do PIM no município e à Secretaria de Administração e Governo editar Decreto para estabelecer os padrões referenciais dos processos de governança, gerenciamento de riscos e de controle interno da gestão de que trata este Decreto.

Art. 19. Compete a Controladoria Geral do Município atualizar o Regimento da Controladoria Geral do Município, considerando as atuações das Unidades Gestoras como parte integrante do Sistema de Controle Interno Municipal.

Art. 20º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 21º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Ribas do Rio Pardo/MS, 27/06/2022.

JOÃO ALFREDO DANIEZE
Prefeito Municipal

MANOEL APARECIDO DOS ANJOS
Secretário Municipal de Administração e Governo

Secretaria Municipal de Obras

DESCONSIDERAÇÃO DE PUBLICAÇÃO REFERENTE À RESOLUÇÃO Nº 046/2022

Desconsiderar a publicação REFERENTE À RESOLUÇÃO Nº 046/2022, publicada no Diário Oficial do Município – DIRIBAS, no dia 04 de julho de 2022, Ano II, Edição Nº 327, página 3.

Ribas do Rio Pardo/MS, 04 de julho de 2022.

ATAÍDE FELICIANO DA SILVA
Secretário Municipal de Obras
Port nº 021/2022

Secretaria Municipal de Obras

RESOLUÇÃO Nº 046/2022

Designa Servidor para atuar como Fiscal de Contrato

A Secretaria Municipal de Obras, nesse ato representado por **Ataíde Feliciano da Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 75, II, da Lei municipal nº 41 de 2018, combinado com o Decreto nº 05 de 2021, RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor Luiz Cezar Spies para atuar como fiscal de contrato na Ata de Registro de Preços Nº 021/2022, Processo Licitatório Nº 061/2022, originada do Pregão Presencial Nº 027/2022, Objeto: para futuras e parceladas aquisições de extintores, placas de sinalização de combate a incêndios, e, prestação de serviços de recargas

de extintores e teste hidrostático, visando atender as necessidades das Secretarias Municipais, da Prefeitura Municipal de Ribas do Rio Pardo (MS).

Art. 2º. Compete ao fiscal de contratos as atribuições previstas no artigo 58, III, da lei nº 8.666 de 1993, alterações posteriores e disposições correlatas.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos a partir da Ata de Registro de Preços.

Ribas do Rio Pardo/MS, 27 de junho de 2022.

ATAÍDE FELICIANO DA SILVA
Secretário Municipal de Obras
Port nº 021/2022

Secretaria Municipal de Saúde
RESOLUÇÃO Nº 085/2022

Designa Servidora para atuar como Fiscal de Contrato.

A Secretaria Municipal de Saúde do município de Ribas do Rio Pardo/MS, nesse ato representado por Marcos André de Melo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 75, II, da Lei municipal nº 41 de 2018, combinado com o Decreto nº 05 de 2021, RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora SUSIMARY CAVANHA MATOS para atuar como Fiscal do Processo Licitatório nº 073/2022, Dispensa de Licitação nº 026/2022, que tem por objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição e instalação de Equipamento Médico – Foco Cirúrgico, de teto, com duas cúpulas 15x15, bateria de emergência bivolt.

Art. 2º. Compete ao fiscal de contratos as atribuições previstas no artigo 58, III, da lei nº 8.666 de 1993, alterações posteriores e disposições correlatas.

Art.3º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos a partir da data do Empenho.

Ribas do Rio Pardo/MS, 05 de julho de 2022

MARCOS ANDRÉ DE MELO
Secretário Municipal de Saúde
Port. nº 024/2022

Departamento de Licitações
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRENCIA Nº 002/2022 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2022

O Município de Ribas do Rio Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, torna público que realizará licitação na modalidade Concorrência, tipo Menor Preço Global.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a **Contratação de empresa especializada para execução de serviços de recapeamento asfáltico de ruas do Bairro Nossa Senhora da Conceição II**, para atender as necessidades do município de Ribas do Rio Pardo – MS.

Legislação: Lei nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006, e demais disposições legais aplicáveis.

Data, Horário e Local da Realização da Sessão: **09 de agosto de 2022, às 08h00min**, na sala de reuniões da Coordenadoria de Licitação, Paço Municipal, sito na Rua Conceição do Rio Pardo, nº 1725, bairro Centro, na cidade de Ribas do Rio Pardo/MS.

Edital: O edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico <http://www.ribasdoriopardo.ms.gov.br>, e na Coordenadoria de Licitação, desde que fornecido pelo interessado dispositivo de armazenamento de dados específico para tal fim (CD, PEN DRIVE, etc.), ou através de cópias reprográficas simples (fotocópias) mediante prévio recolhimento da taxa de reprodução.

Maiores informações: Coordenadoria de Licitações – Fone: (67) 3238-1175 – Ramal 217, e-mail licitacao@ribasdoriopardo.ms.gov.br.

Ribas do Rio Pardo - MS, 04 de julho de 2022.

ERICA JURADO FERNANDES
Presidente da Comissão de Licitação

Departamento de Licitações

AVISO DE RATIFICAÇÃO ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2022 - PROCESSO Nº 073/2022

O Município de Ribas do Rio Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Coordenadoria de Licitação torna público a Dispensa de licitação nº 026/2022.

Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição e instalação de Equipamento Médico - Foco Cirúrgico, de teto, com duas cúpulas 15x15, bateria de emergência bivolt.

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso IV.

Empresa Ratificada, Adjudicada e Homologada: **MEDPEJ – EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA.**, com sede na Rua Campinas, nº 2248, Bairro Vila Elisa, na cidade de Ribeirão Preto – SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.155.958/0001-40, para o objeto, perfazendo o valor total de R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais).

Ribas do Rio Pardo – MS, 04 de julho de 2022.

ERICA JURADO FERNANDES
Presidente da Comissão de Licitação

Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo

TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/2022

RECONHEÇO a Dispensa de Licitação para contratação da pessoa jurídica especializada no fornecimento de **Relógio Eletrônico de Ponto** com instalação, configuração e treinamento do equipamento e software, para atender a Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo/MS, com fulcro no artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Parecer Jurídico nº 3/2022, em favor de **BELAITECH AUTOMAÇÃO COMERCIAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.244.269/0001-01, no valor de R\$ 3.859,00 (três mil, oitocentos e cinquenta e nove reais).

Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, **DETERMINO** a publicação da presente ratificação.

Ribas do Rio Pardo/MS, 1 de julho de 2022.

TIAGO GOMES DE OLIVEIRA

Presidente da Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo-MS

BOLETIM SEMANAL DA TESOUREARIA

01/07/2022

PREFEITURA

SICREDI - PREF. MUNICIPAL / 94.717-2	MUNICIPAL	1.269.117,49
B.B. TAXA DE LIXO - 14.151-8	MUNICIPAL	3.788,07
C.E.F. PAV. E DRENAG. NELSON LIRIO / 647.065-6	FEDERAL	0,00
B.B. ITR - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL / 4.807-0	FEDERAL	3.594.498,25
B.B. FUNDO ESPECIAL PETRÓLEO / 107.704-X	FEDERAL	1.820.641,64
B.B. RECURSOS HIDRICOS / 71.478-X	FEDERAL	1.029.718,81
B.B. ICMS DESONERAÇÃO-LEI KANDIR / 283.146-5	FEDERAL	646.376,77
B.B. FEX - AUX. FINANC. FOM. EXPORTAÇÕES / 12.374-9	FEDERAL	30,58
B.B. ICMS - IMPOSTO S/CIRCULAÇÃO MERCADORIAS / 180.004-3	FEDERAL	402.705,50
B.B. SIMPLES NACIONAL / 18.663-5	FEDERAL	2.040.944,49
B.B. ILUMINAÇÃO PÚBLICA / 9.555-9	ESTADUAL	1.022.896,83
B.B.FUNDERSUL LINEAR / 15.742-2	ESTADUAL	1.537.968,63
B.B. FUNDERSUL ICMS / 15.741-4	ESTADUAL	2.935.415,09
B.B. IPVA / 181.004-9	ESTADUAL	2.304.235,54
B.B. CIDE - CONTRIB. INTERVENÇÕES DOMINIO ECONÔMICO / 13.048-6	ESTADUAL	68.564,47
B.B. CFM - DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL / 14.442-8	FEDERAL	94.498,13
B.B. IPM IPI EXPORTAÇÃO / 8.669-X	FEDERAL	544.663,14
B.B. PREF MUNIC RRPARD - PAC I / 8.116-7	FEDERAL	200,27
B. BRADESCO - IPTU / 3.534-3	MUNICIPAL	5.650.488,64
B. BRADESCO C/ PGTO SALARIO / 160-0	MUNICIPAL	1.457.854,33
C.E.F. - IPTU / 134-4	MUNICIPAL	13.931.599,48
C.E.F. - PM / 13 SALARIO / 15-1	MUNICIPAL	78.763,67
C.E.F. PARQUE YPES I - 36.769-	FEDERAL	1.427,50
B.B. CONVENIO IPTU / 15.794-5	MUNICIPAL	7.188.776,70
B.B. HONORARIOS ADVOGATÍCIOS / 13993-9	FEDERAL	220.930,49
B.B. DEPOSITO JUDICIAIS- 16262-0	MUNICIPAL	323,79
C.E.F. -IPTU / 41.544-3	MUNICIPAL	0,90
ITA - ROYALTIES DE ITAIPU - 12.547-4	FEDERAL	676.741,39
B.B.SICONV - 151.000-2	MUNICIPAL	69.643,61
B.B. FPM - FUNDO PARTICIPAÇÃO MUNICIPIOS/ 3.055-4	FEDERAL	517.973,33
C.E.F.PATRULHA MECANIZADA - 647.048-6	FEDERAL	-
C.E.F CONV. AGEHAB - 53-4	FEDERAL	62.900,85
B.B. LEI A. BLANC 17232-4	FEDERAL	-
B.B. DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO -17513-7	ESTADUAL	4.837,90
TOTAL		49.178.526,28

EDUCAÇÃO

B.B. QUOTA SALARIO EDUCACAO / 12.214-9	FEDERAL	169.576,98
B.B. ENS. FUND. / 114.778-1	MUNICIPAL	491,52
B.B. TRANSPORTE ESCOLAR - 15.100-9	ESTADUAL	90.528,71
B.B. CAMINHO DA ESCOLA-ONIBUS 12.524-5	FEDERAL	20,44
B.B. FNDE/PAR/PROINFANCIA2019 - 14.205-0	FEDERAL	0,60
B.B PNAE - MERENDA / 21.104-4	FEDERAL	144.441,37
B.B. PNATE- PROGR. NACIONAL DE APOIO AO TRANSP. ESCOLAR / 7.703-8	FEDERAL	229.524,12
B.B. CONV. AQUIS. MOBIL. P/CRECHE-PAC 8.948-6	FEDERAL	1.057,41
B.B. FNDE / MANUT - 9.974-0	FEDERAL	17,96
B.B. APOIO CRECHE BRASIL CARINHOSO -10.776-X	FEDERAL	4.934,74

B.B. INFRA ESTR ESCOLAR MOBILIARIO - 9803-5	FEDERAL	7.171,42
B.B. CONV. CEINF SÃO JOÃO - 12.440-0	FEDERAL	361,04
B.B. CONV. QUADRA SÃO JOÃO - 12.481-8	FEDERAL	1.256,54
TOTAL		649.382,85

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

B.B. ATENÇÃO BASICA / 9.601-6	ESTADUAL	179.915,50
B.B. MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC-EC / 9587-7	ESTADUAL	1.304.211,72
B.B. SAMU ESTADO / 9600-8	ESTADUAL	1,93
B.B. SAÚDE DA FAMÍLIA / 9598-2	ESTADUAL	46.487,13
B.B. BLOCO ASSISTISTÊNCIA FARMACÊUTICA / 9.784-5	FEDERAL	171,64
B.B. BLOCO ATENÇÃO BÁSICA 9.785-3	FEDERAL	47,20
B. B. BLOCO MEDIA E ALTA COMPLEX. AMBULATORIAL E HOSP. 9.787-X	FEDERAL	125,69
B.B. BLOCO VIGILÂNCIA EM SAÚDE - 9.788-8	FEDERAL	3.474,30
B.B. BLOCO INVESTIMENTO - 9.791-8	FEDERAL	66,15
B.B. BLOCO VIGILÂNCIA EM SAÚDE - 9.599-0	FEDERAL	197,57
B.B. F.M. SAUDE - SUS / 12.588-1	MUNICIPAL	703.083,80
B.B. F.M.S. / FIS SAUDE / 12.594-6	MUNICIPAL	5,32
B.B. FMS / CUSTEIO SUS / 13.614-X	FEDERAL	1.954.348,05
B.B. FMS / INVESTIMENTO SUS / 13.639-5	FEDERAL	44.232,03
B.B FMS / RRP / 125940-7	ESTADUAL	813.310,65
C.E.F. - FNS SANEAMENTO BASICO / 50-0	FEDERAL	0,00
TOTAL		R\$ 5.049.678,68

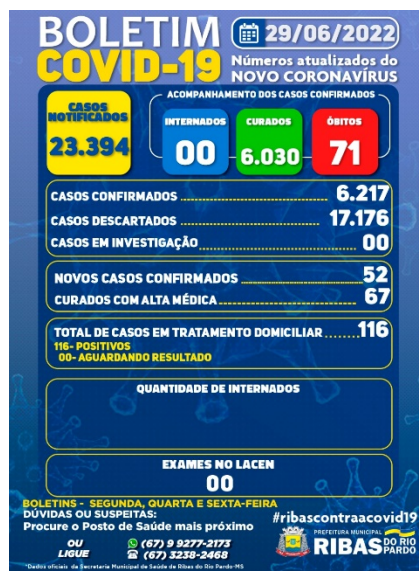
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

B.B. FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL - 88.488-X	MUNICIPAL	62.559,14
B.B. FEAS-FUNDO ESTADUAL DE ASSIST. SOCIAL/FMAS - 8.683-5	ESTADUAL	160.499,04
B.B. FUNDO MUN. ASSIST. - 8.684-3	MUNICIPAL	7.999,51
B.B. FNAS-FUNDO NAC. ASSIST. SOCIAL/CRIANÇA FELIZ - 39.467-X	FEDERAL	128.466,18
B.B. COVID EPI SUAS - 44.313-1	FEDERAL	55.101,17
B.B. COVID ALIMENTOS - 44.308-5	FEDERAL	36.951,88
B.B. COVID AÇÃO ACOLHIMENTO - 44307-7	FEDERAL	56.530,07
B.B. BLOCO MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE - 40.727-5	FEDERAL	310,37
B.B. SISTEMA ÚNICO ASSIST. SOCIAL TRABALHO - 37.604-3	FEDERAL	33.875,35
B.B. BLOCO GESTÃO SUAS - 37.612-4	FEDERAL	68,10
B.B. BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - 37.619-1	FEDERAL	6,14
B.B. SISTEMA ÚNICO ASSIST. SOCIAL TRABALHO - 11.896-6	FEDERAL	20,11
B.B. FNAS / DOBL/GSUAS - 11.898-2	FEDERAL	22.285,01
B.B. BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - 11.899-0	FEDERAL	294.808,63
B.B. IGD/PAB - 50038-0	FEDERAL	176.243,25
B.B. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL ALTA COMPLEXIDADE - 11.900-8	FEDERAL	-
TOTAL		1.035.723,95

FUNDOS

B.B.FUNDEB - 14.273-5		2.193.962,63
B.B. FUNDO MUN. CRIANÇA ADOLESCENTE - 17.861-6		15.466,40
B.B. FUNDO MUNICIPAL INVESTIMENTO SOCIAL - 115.065-0		789.494,91
C.E.F. FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INTERESSE SOCIAL - 30-5		35.240,64
B.B. FUNDO MUNICIPAL MEIO AMBIENTE - 6882-9		668.660,57
B.B. FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA - 11.005-1		3.262,82
TOTAL		3.706.087,97

ÚLTIMOS BOLETINS COVID-19



AVISOS

NÓS VAMOS VENCER ESSA BATALHA!

COMITÊ GESTOR DE COMBATE À COVID-19

#ribascontraacovid19

QUEIMADA É CRIME!

NÃO COLOQUE FOGO EM TERRENOS, PASTOS, LIXO OU QUINTAIS. É NESTA ÉPOCA SECA E DE MUITOS VENTOS QUE A PROPAGAÇÃO DE INCÊNDIOS ACONTECE.

Incêndio - Animais nas Ruas
Alagamentos - Assistência à População

67 9646-9800 - Sérgio

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO PARDO
DEFESA CIVIL

COMUNICADO

O SETOR DE TRIBUTOS ESTÁ RECASTRANDO TODOS OS IMÓVEIS URBANOS.

UMA EQUIPE DE ESTAGIÁRIOS, DEVIDAMENTE IDENTIFICADA, ESTÁ VISITANDO TODAS AS CASAS E TERRENOS PARA FAZER A CONFERÊNCIA DOS DADOS CADASTRAIS DO IMÓVEL E DO PROPRIETÁRIO.

COLABORE !

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO PARDO
Secretaria de FINANÇAS

Vigilância em Saúde informa:

DISQUE AGLOMERAÇÃO

(67) 9 9277-2173
(67) 3238-2468*

Tire suas dúvidas sobre o novo decreto!

Denuncie Aglomerações ou qualquer descumprimento das determinações de combate ao COVID-19

*Horário de funcionamento do Telefone Fico: Segunda à Sexta das 7h às 19h e das 13h às 17h.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO PARDO
Secretaria de SAÚDE
Vigilância em SAÚDE

Escala de Plantões 24h

Julho 2022

Farmácias e Drogarias

Dia	Drogaria	Endereço	Telefone
1	Multi Drogas	Av. Aureliano Moura Brandão – 1189, Centro	(67) 3238-1688
2	Daniele	Av. Aureliano Moura Brandão – 616, Centro	(67) 3238-1325
3	Dony	Av. Aureliano Moura Brandão – 936, Centro	(67) 3238-2914
4	Multi Drogas	Av. Aureliano Moura Brandão – 1189, Centro	(67) 3238-1688
5	Mais Saúde	Av. Aureliano Moura Brandão – 1063, Centro	(67) 3238-3030
6	Ultra Popular	Av. Aureliano Moura Brandão – 881, Centro	(67) 99120-1491
7	Multi Drogas	Av. Aureliano Moura Brandão – 1189, Centro	(67) 3238-1688
8	Avenida	Av. Aureliano Moura Brandão – 535, Centro	(67) 3238-1499
9	Multi Drogas	Av. Aureliano Moura Brandão – 1189, Centro	(67) 3238-1688
10	Daniele	Av. Aureliano Moura Brandão – 616, Centro	(67) 3238-1325
11	Dony	Av. Aureliano Moura Brandão – 936, Centro	(67) 3238-2914
12	Multi Drogas	Av. Aureliano Moura Brandão – 1189, Centro	(67) 3238-1688
13	Mais Saúde	Av. Aureliano Moura Brandão – 1063, Centro	(67) 3238-3030
14	Ultra Popular	Av. Aureliano Moura Brandão – 881, Centro	(67) 99120-1491
15	Multi Drogas	Av. Aureliano Moura Brandão – 1189, Centro	(67) 3238-1688
16	Avenida	Av. Aureliano Moura Brandão – 535, Centro	(67) 3238-1499
17	Multi Drogas	Av. Aureliano Moura Brandão – 1189, Centro	(67) 3238-1688
18	Daniele	Av. Aureliano Moura Brandão – 616, Centro	(67) 3238-1325
19	Dony	Av. Aureliano Moura Brandão – 936, Centro	(67) 3238-2914
20	Multi Drogas	Av. Aureliano Moura Brandão – 1189, Centro	(67) 3238-1688
21	Mais Saúde	Av. Aureliano Moura Brandão – 1063, Centro	(67) 3238-3030
22	Ultra Popular	Av. Aureliano Moura Brandão – 881, Centro	(67) 99120-1491
23	Multi Drogas	Av. Aureliano Moura Brandão – 1189, Centro	(67) 3238-1688
24	Avenida	Av. Aureliano Moura Brandão – 535, Centro	(67) 3238-1499
25	Multi Drogas	Av. Aureliano Moura Brandão – 1189, Centro	(67) 3238-1688
26	Daniele	Av. Aureliano Moura Brandão – 616, Centro	(67) 3238-1325
27	Dony	Av. Aureliano Moura Brandão – 936, Centro	(67) 3238-2914
28	Multi Drogas	Av. Aureliano Moura Brandão – 1189, Centro	(67) 3238-1688
29	Mais Saúde	Av. Aureliano Moura Brandão – 1063, Centro	(67) 3238-3030
30	Ultra Popular	Av. Aureliano Moura Brandão – 881, Centro	(67) 99120-1491
31	Multi Drogas	Av. Aureliano Moura Brandão – 1189, Centro	(67) 3238-1688

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO PARDO
Secretaria de SAÚDE